



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	OBJETO	UND	QTDE	P. UNIT.	P. TOTAL
1	ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE 7 Compreendendo o envio de equipe composta por 03 (três) pessoas, sendo 02(dois) árbitro, 1 (um) mesário. O tempo total será de 50 minutos por partida; as competições terão como forma de disputa, jogos entre chaves, em dois tempos com duração de 25 (vinte e cinco) minutos cada.	PARTIDA	12	180,00	2.160,00
2	COORDENAÇÃO PARA MODALIDADE DE FUTEBOL DE 7 Compreendendo o envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação de jogos, classificação e resultados junto a comissão organizadora.	DIÁRIA	5	120,00	600,00
3	ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL. Compreendendo o envio de equipe composta por 03(três) pessoas, sendo 02(dois) árbitros, 01(um) 1 (um) mesário. O tempo total será de 30 minutos por partida; as competições terão como forma de disputa, jogos entre chaves, em dois tempos com duração de 15 (minutos) cada.	PARTIDA	40	180,00	7.200,00
4	COORDENAÇÃO PARA MODALIDADE DE FUTSAL Compreendendo o envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação de jogos, classificação e resultados junto a comissão organizadora.	DIÁRIA	5	230,00	1.150,00
5	ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE AREIA (BEACH SOCCER) compreendendo o envio de equipe composta por 03(três) pessoas, sendo 02 (dois) árbitros, 01(um) mesário. O tempo total será de 36 minutos por partida. As competições terão como forma de disputa, jogos entre chaves, em três tempos com duração de 12 (doze) minutos cada.	PARTIDA	25	180,00	4.500,00
6	COORDENAÇÃO PARA MODALIDADE DE FUTEBOL DE AREIA (BEACH SOCCER) compreendendo o envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação de jogos, classificação e resultados junto a comissão organizadora.	DIÁRIA	5	120,00	600,00
7	ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VÔLEI DE PRAIA compreendendo o envio de equipe composta por 03(três) pessoas, sendo 02 (dois) árbitros e 01(um) mesário. As partidas terão 03(três) sets de 21 pontos. As competições terão a forma de disputa por duplas.	PARTIDA	10	130,00	1.300,00
8	ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL compreendendo o envio de equipe composta por 03(três) pessoas sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário, os jogos terão no máximo, 03(três) sets, os jogos terão no máximo 05(cinco) sets.	PARTIDA	10	130,00	1.300,00
9	COORDENAÇÃO PARA AS MODALIDADE DE VOLEIVOL E VÔLEI DE PRAIA Compreendendo envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação de jogos, classificação e resultados junto a comissão organizadora	DIÁRIA	5	130,00	650,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10	ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÃO DE CICLISMO compreendendo o envio de 10(dez) pessoas, sendo 7(sete) árbitros e 3 (três) mesários. As provas serão individuais nas modalidades de contrarrelógio, circuito e resistência, com disputa de 1º 2º e 3º lugares.	PARTIDA	10	180,00	1.800,00
11	COORDENAÇÃO PARA A MODALIDADE DE CICLISMO Compreendendo o envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação, classificação e resultados junto a comissão organizadora.	DIÁRIA	5	130,00	650,00
12	ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÃO DE ATLETISMO compreendendo o envio de 15(quinze) pessoas; sendo 12 árbitros, 03 mesários, para partidas que serão disputadas nos sistemas de eliminatória simples, com disputa de 1º 2º e 3º lugares entre os atletas, a disputa será individual. As provas serão de: pista e campo, nas modalidades de corridas rasa 50mt, 75mt, 100mt, 200mt, 400mt, 800mt 1000mt, 3000mt, salto em distância, salto em altura, e arremesso de peso, lançamento de dardo, lançamento de disco e corridas com barreiras.	DIÁRIA	25	200,00	5.000,00
13	COORDENAÇÃO PARA A MODALIDADE DE ATLETISMO Compreendendo o envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação, classificação e resultados junto a comissão organizadora.	DIÁRIA	4	400,00	1.600,00
14	ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÃO DE BADMINTON compreendendo o envio de equipe composta por 08(dez) pessoas, sendo 06(doze) árbitros, 02(um) mesário. As partidas compreendem 3 Set's de 21 pontos por set.	PARTIDA	10	180,00	1.800,00
15	COORDENAÇÃO PARA A MODALIDADE DE BADMINTON Compreendendo o envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação, classificação e resultados junto a comissão organizadora.	DIÁRIA	2	300,00	600,00
16	ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÃO DE DAMAS compreendendo o envio de 05(cinco) pessoas, sendo 4 (quatro) árbitros, 01 um mesário. As partidas serão disputadas nos sistemas de tempo que pode durar no máximo 30 minutos. As disputas serão individuais.	PARTIDA	10	180,00	1.800,00
17	COORDENAÇÃO PARA A MODALIDADE DE DAMAS Compreendendo o envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação, classificação e resultados junto a comissão organizadora.	DIÁRIA	2	300,00	600,00
18	ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÃO DE XADREZ Compreendendo o envio de 05(cinco) pessoas; sendo 4 (quatro) árbitros, 01 um mesário. As partidas serão disputadas nos sistemas de tempo que pode durar no máximo 60 minutos. As disputas serão individuais.	PARTIDA	10	180,00	1.800,00
19	COORDENAÇÃO PARA MODALIDADE DE XADREZ Compreendendo o envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação, classificação e resultados junto a comissão organizadora.	DIÁRIA	2	300,00	600,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

20	ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÃO DE QUEIMADA compreendendo o envio de equipe composta por 6(seis) pessoas, sendo 04(quatro) árbitros 02(dois) mesário. O tempo total será de 10 minutos por partida. As competições terão como forma de disputa, jogos entre chaves, eliminatórios e finais.	PARTIDA	10	180,00	1.800,00
21	COORDENAÇÃO PARA MODALIDADE DE QUEIMADA compreendendo o envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação, classificação e resultados junto a comissão organizadora.	DIÁRIA	2	300,00	600,00
22	ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÃO DE HANDEBOL compreendendo o envio de equipe composta por 03(três) pessoas, sendo 02(dois) árbitros 01(um) mesário. O tempo total será de 40 minutos por partida. As competições terão como forma de disputa, jogos entre chaves divididos em dois tempos de 20 minutos.	PARTIDA	10	180,00	1.800,00
23	COORDENAÇÃO PARA MODALIDADE DE HANDEBOL Compreendendo o envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação, classificação e resultados junto a comissão organizadora.	DIÁRIA	2	300,00	600,00
24	ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÃO DE TÊNIS DE MESA Compreendendo o envio de 09(nove) pessoas,6 (seis) árbitros, (um) mesário. As partidas serão disputadas em 3 sets de 11 pontos. As disputas serão de forma individual, mista e duplas.	PARTIDA	15	180,00	2.700,00
25	COORDENAÇÃO PARA MODALIDADE DE TÊNIS DE MESA Compreendendo o envio de 01 (uma) pessoas, responsável pela organização de toda a programação, classificação e resultados junto a comissão organizadora.	UNID	2	300,00	600,00
26	COORDENAÇÃO GERAL DOS JOGOS Compreendendo o envio de 1 (um) coordenador responsável pela organização geral, designar os Locais de competições, cronograma de todos as modalidades.	DIÁRIA	10	300,00	3.000,00
27	EQUIPE DE APOIO Compreendendo o envio de 15 (quinze) pessoas responsáveis pela manutenção, limpeza e logística para o funcionamento de todas as modalidade e locais de competições.	DIÁRIA	70	160,00	11.200,00
TOTAL GERAL				58.010,00	

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de arbitragem para os jogos escolares João-Lisboenses 2024, categorias: pré-mirim, mirim, infantil e infante.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que a contratação pretendida para a prestação dos serviços individuados no item I, por dispensa de licitação, se funda no artigo 75, II, da lei 14.133/21 e, portanto, se justifica pelo pequeno vulto das despesas a serem realizadas.

2.2. Considerando, por fim, o disposto no art. 72, I, da Lei nº 14.133/21, diante da inexistência de maior complexidade no tocante a identificação e solução do problema decorrente do planejamento da contratação, é dispensável a elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência pormenorizado.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Fornecimento

3.1. O prazo de fornecimento dos serviços é de até cinco dias, contados do recebimento da “**Ordem de Serviço**”, em remessa parcelada, conforme as necessidades da administração.

3.2. Caso não seja possível o fornecimento na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos dois dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.3. Os serviços deverão ser executados no local designado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, cujo endereço restará devidamente indicado na “**Ordem de Serviço**”.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

3.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

4. DA HABILITAÇÃO

4.1 - As interessadas deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação nos autos do certame:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante (Tributos e Contribuições Estaduais e Dívida Ativa);

f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

g) prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal

h) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica **emitida a menos de 60 dias da data fixada para abertura do certame**;

i) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, em cópia autenticada, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

i.1) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais devem ser maior que 1,00, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

i.2) As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- i.3.)** Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.
- i.4)** Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- i.5)** Serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- i.5.1)** sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
- publicados em Diário Oficial; ou
 - publicados em jornal de grande circulação; ou
 - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- i.5.2)** sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- i.5.3)** sociedade criada no exercício em curso:
- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- i.5.4)** o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- j)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- l)** Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- m)** Declaração, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- n)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. As propostas deverão ser apresentadas da seguinte forma:

5.1.1. Em papel timbrado da licitante, datilografada ou impressa por qualquer outro meio, datada e assinada pelo seu responsável ou representante legal da licitante, rubricada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, contendo, necessariamente, os preços, em moeda corrente nacional, em valores unitários e totais, absolutamente líquidos já incluídos todos os encargos inerentes ao objeto; contendo:

- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura do certame;
- b) Prazo de execução será até 31/12/2024, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21;
- c) O preço total da proposta em algarismo e por extenso;

5.2. As propostas deverão apresentar preços correntes de mercado.

5.3. É de exclusiva responsabilidade das interessadas a descrição de todos os dados da proposta apresentada;

5.4. Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo, bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, de modo a ensejar dúvida, principalmente em relação a valores;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

6. DAS PENALIDADES

6.1 - No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de João Lisboa (MA) por até dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 - O atraso na execução do objeto da presente licitação implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;

6.2.1 - Caso o atraso seja superior a dez dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;

6.3 - O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;

6.4 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte do adjudicatário, na forma da Lei;

6.5 - Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;

6.6 - A empresa que ensejar o retardamento da execução do procedimento, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

6.7. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pela variação IGPM, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido em até 05 (cinco) dias da data de sua cominação, mediante Guia de Recolhimento Oficial.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar os serviços obedecendo fielmente o Termo de Referência;

7.2. Arcar com todas as despesas com equipamentos, utensílios, materiais, mão-de-obra, pagamento de seguro, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária e todos os demais encargos tributários ou não decorrentes do objeto do contrato;

7.3. Cumprir fielmente o contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade;

7.4. Manter durante o prazo de execução do contrato as exigências de habilitação e qualificação previstas na licitação;

7.5. Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da CONTRATANTE, relativamente aos serviços contratados;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7.6. Responder de maneira absoluta e inescusável pela perfeita técnica dos serviços, quanto ao processo de aplicação dos materiais, inclusive suas quantidades, competindo-lhe, também, a dos serviços que, não aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE, devam ser refeitos;

7.7. Facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;

7.8. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - A Contratante, durante a vigência do contrato, se compromete a:

8.1.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada, desde que preenchidas as formalidades previstas neste contrato;

8.1.2. Designar um profissional, se necessário, para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto;

8.1.3. Comunicar à contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra na execução do objeto.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 58.010,00 (cinquenta e oito mil e dez reais), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 01.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, prevista para o exercício financeiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro):

12.122.0002.2-045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

João Lisboa (MA), 10 de maio de 2024.

DAVISON SORMANNI ALMEIDA ALVES
Secretário Municipal de Educação

APROVO as Especificações nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

VILSON SOARES FERREIRA LIMA
Prefeito Municipal